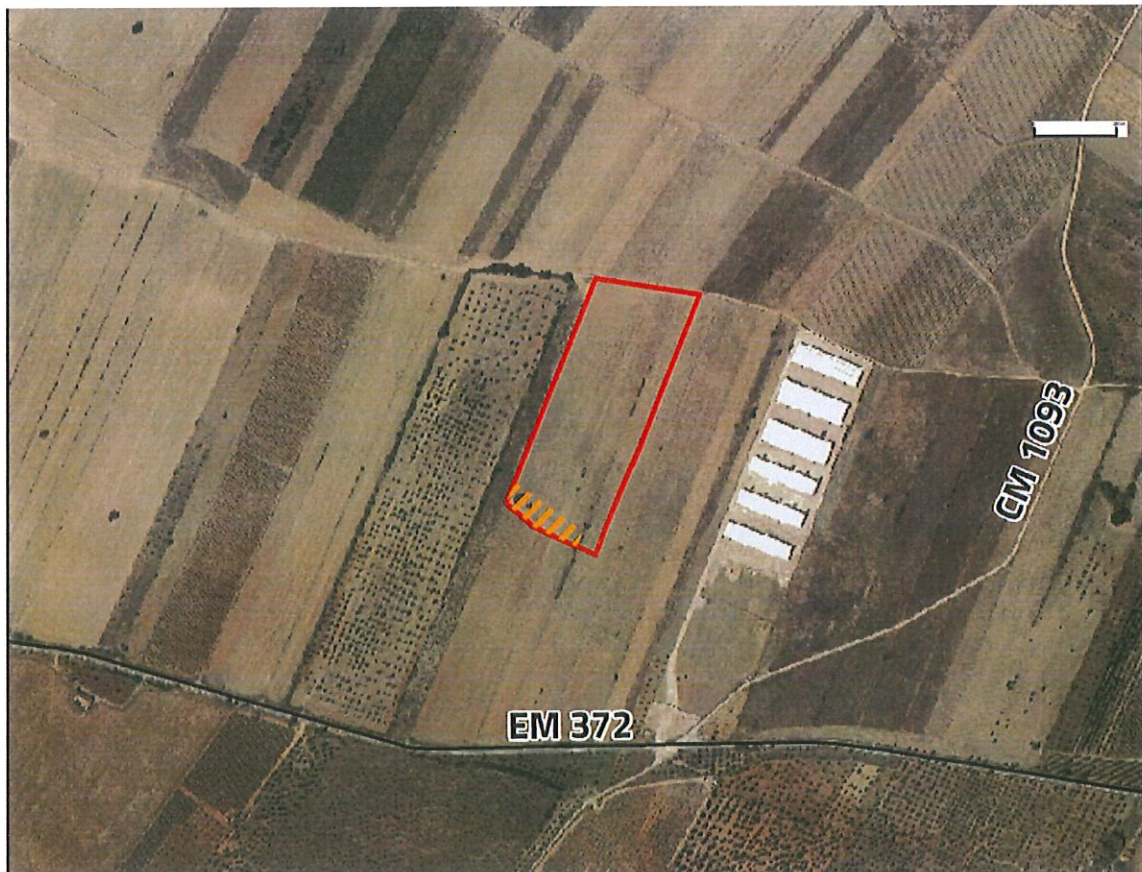




ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL



TERMOS DE REFERÊNCIA

Sousel, 22 de maio de 2026

ÍNDICE

1. CONTEXTO E ALCANCE	4
2. ÂMBITO TERRITORIAL DA ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL.....	6
3. A OPORTUNIDADE DE ELABORAR A ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL.....	9
3.1. DA OPORTUNIDADE DA ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL	9
3.2. DOS OBJETIVOS CONCRETOS COM A ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL.....	10
4. QUADRO JURÍDICO E ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA NA ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL.....	11
4.1. QUADRO JURÍDICO FUNDAMENTAL.....	11
4.2. QUADRO ESTRATÉGICO.....	12
4.2.1. DA COORDENAÇÃO EXTERNA. DIMENSÃO NACIONAL E REGIONAL	13
4.2.2. DA COORDENAÇÃO INTERNA. DIMENSÃO LOCAL	18
5. SUJEIÇÃO AO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	21
6. CARTOGRAFIA DE BASE TOPOGRÁFICA.....	21
7. FASEAMENTO E CALENDARIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO.....	21
8. EQUIPA TÉCNICA.....	22
 Figura 2.1. Localização da Unidade de Biometano.....	 6
Figura 2.2. Planta de Ordenamento do PDM de Sousel (extrato adaptado)	7
Figura 2.3. Planta de Condicionantes do PDM de Sousel (extrato adaptado).....	8
Figura 4.1. Planta de Ordenamento (extrato integral)	19
Figura 4.2. Planta de Condicionantes (extrato integral)	20

1. CONTEXTO E ALCANCE

Num mundo em acelerada e constante mudança, e talvez num processo sem precedentes, a competitividade entre os territórios nunca foi tão acentuada. Nessa medida, as autarquias locais e em particular os Municípios, enquanto atores locais privilegiados, são confrontados com permanentes desafios que as obrigam a esforços continuados na promoção do desenvolvimento do território através de respostas e soluções conducentes a afirmar e/ou a reforçar o seu posicionamento no sistema urbano, a sua atratividade e influência conducentes a captar investimento, empresas, emprego e pessoas para residir, trabalhar ou mesmo visitar.

Este sentido decorre do quadro das “atribuições” das Autarquia Locais, inscritas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro¹, no âmbito das quais, como se pode ler no texto das alíneas m) e n) do artigo 23.º, cabe aos municípios a promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território. É também com este alcance que a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU)², estabelece que as autarquias locais, nos termos das suas atribuições e competências, têm o dever de promover a política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo, designadamente “planear e programar o uso do solo e promover a respetiva concretização”, segundo a leitura articulada dos n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º.

De entre outros, esse exercício realiza-se, nomeadamente, através de instrumentos de gestão territorial, *i.e.*, de planos territoriais de âmbito municipal (PTAM)³, cuja elaboração, como consta do n.º 1 do artigo 76.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)⁴ é determinada por **deliberação da câmara municipal**, a qual estabelece os prazos de elaboração e o período de participação, sendo publicada no Diário da República e divulgada através da comunicação social, da

¹ Alterado pela Declaração de Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro; Declaração de Retificação n.º 50-A/2013, de 11 de novembro; Lei n.º 25/2015, de 30 de março; Lei n.º 69/2015, de 16 de julho; Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março; Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro; Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto; Lei n.º 66/2020, de 4 de novembro; Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro; Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro; e DL n.º 10/2024, de 8 de janeiro.

² Aprovada pela Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto, pelo DL n.º 3/2021, de 07 de janeiro, pelo DL n.º 52/2021, de 15 de junho e pelo DL n.º 10/2024, de 8 de janeiro.

³ Isto é, *cfr.* o n.º 5 do artigo 2.º da LBGPPSOTU, o Plano Diretor Municipal (PDM), o Plano de Urbanização (PU) e o Plano de Pormenor (PP).

⁴ Aprovado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio, alterado pelo DL n.º 81/2020, de 2 de outubro, DL n.º 25/2021, de 29 de março, DL n.º 5/2022, de 8 de julho, DL n.º 10/2024, de 8 de janeiro, pelo DL n.º 16/2024, de 19 de janeiro, pelo DL n.º 117/2024, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 53-A/2025, de 9 de abril.

plataforma ativa de gestão territorial e no sítio na Internet da câmara municipal. O n.º 3 do artigo 76.º estabelece, por sua vez, que **competete à Câmara Municipal a definição da oportunidade e dos Termos de Referência (TDR) dos planos municipais**, sem prejuízo da posterior intervenção de outras entidades públicas ou privadas.

É neste quadro de competências e atribuições que o Município de Sousel, constatando de estrangulamentos no seu Plano Diretor Municipal (PDM de Sousel), publicado pelo Aviso n.º 4765/2026/2, de 4 de março, para a instalação de uma unidade agroindustrial de produção de Biometano no concelho de impacte socioeconómico local substantivo e de alcance regional, intende desencadear um procedimento que possibilite o PDM de Sousel acolher, sem reservas, a instalação desta. Este interesse, inclusive, já havia sido manifestado aquando do período de participação pública da revisão do PDM pela Sociedade promotora (REGAALENTEJO, Unipessoal LDA.). Porém, constata-se, ao momento, que apesar dessa pretensão ter sido acolhida a área delimitada para o efeito é insuficiente.

Nesse sentido, a opção mais adequada para ultrapassar os estrangulamentos agora verificados consiste em desencadear um *procedimento de dinâmica* do PDM de Sousel próprio, *cf.* previsto no artigo 115.º conjugado com o artigo 118.º do RJIGT, *i.e.*, uma **alteração** do PDM.

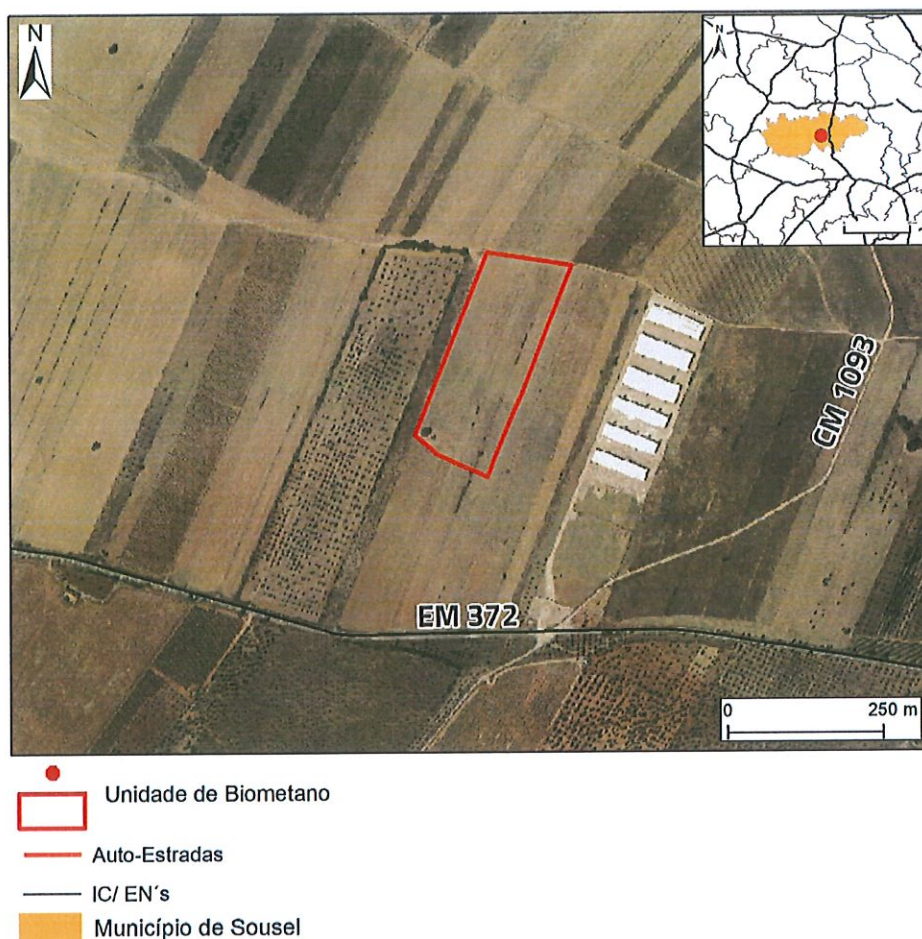
É com este contexto que são elaborados os **Termos de Referência (TDR)** para a **alteração do PDM de Sousel, ao encontro do previsto no** artigo 76.º do RJIGT, os quais **enquadram e definem a oportunidade** e compreendem a base programática da alteração do PDM de Sousel, integrando os objetivos e fundamentos do mesmo, o enquadramento legal, processual e estratégico e ainda a sua compatibilidade e conformidade com os IGT. Os TDR definem ainda o conteúdo da alteração, o faseamento e calendarização do procedimento, a qualificação do procedimento no que respeita à avaliação ambiental estratégica e a equipa técnica responsável.

De acordo com o artigo 88.º do RJIGT, os TDR deverão acompanhar e fundamentar a **deliberação** que determina a elaboração do plano, ficando disponíveis durante o período de participação pública.

2. ÂMBITO TERRITORIAL DA ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL

A alteração do PDM de Sousel que agora se propõe tem uma incidência territorial específica e limitada no terreno, recaindo sobre parte do prédio rústico com inscrição cadastral n.º AAA 001 768 653⁵, com área total de 85134 m², a cerca de 2,5 km a nascente de Sousel, junto à EM372 (vd. Figura 0.1).

Figura 0.1. Localização da Unidade de Biometano



Fontes; DGT 2023

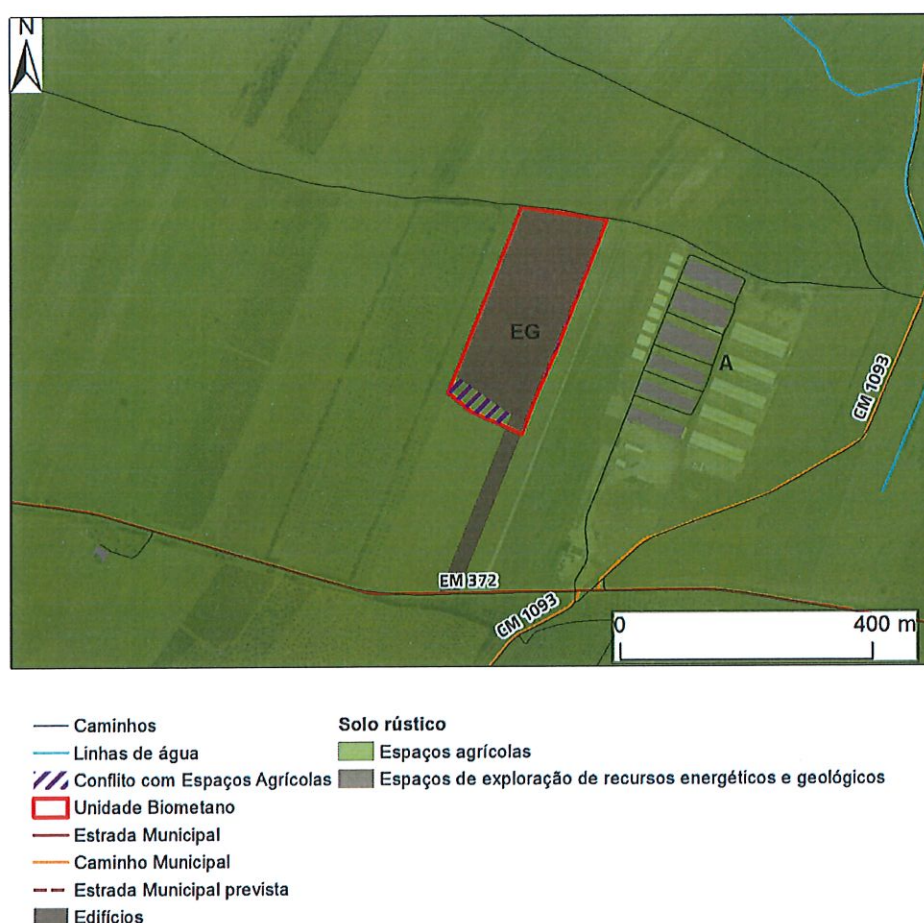
Trata-se em concreto do setor sul do prédio, numa área com cerca de 3 090 m², correspondente à necessária para acolher a globalidade das instalações da unidade de Biometano (com cerca de 45777m²) e que se encontra em justaposição e, por isso, em conflito com a categoria de uso de

⁵ Em falta de secção e matriz predial, utiliza-se como referência o n.º de registo cadastral segundo <https://snic.dgterritorio.gov.pt/visualizadorCadastro>.

“espaços de exploração de recursos energético e geológicos” e um espaço sujeito ao regime da Reserva Agrícola Nacional (RAN) (vd. vd. Figura 0.2 e *Por seu lado*, relativamente às servidões administrativas e restrições de utilidade pública, a área destinada à unidade de biometano está parcialmente (3090 m²) integrada num espaço sujeito ao regime da **Reserva Agrícola Nacional** (RAN) (vd. Figura 0.3), não se verificando a presença de outras condicionantes legais diretamente incidentes sobre a área de implantação.

Figura 0.3

Figura 0.2. Planta de Ordenamento do PDM de Sousel (extrato adaptado)

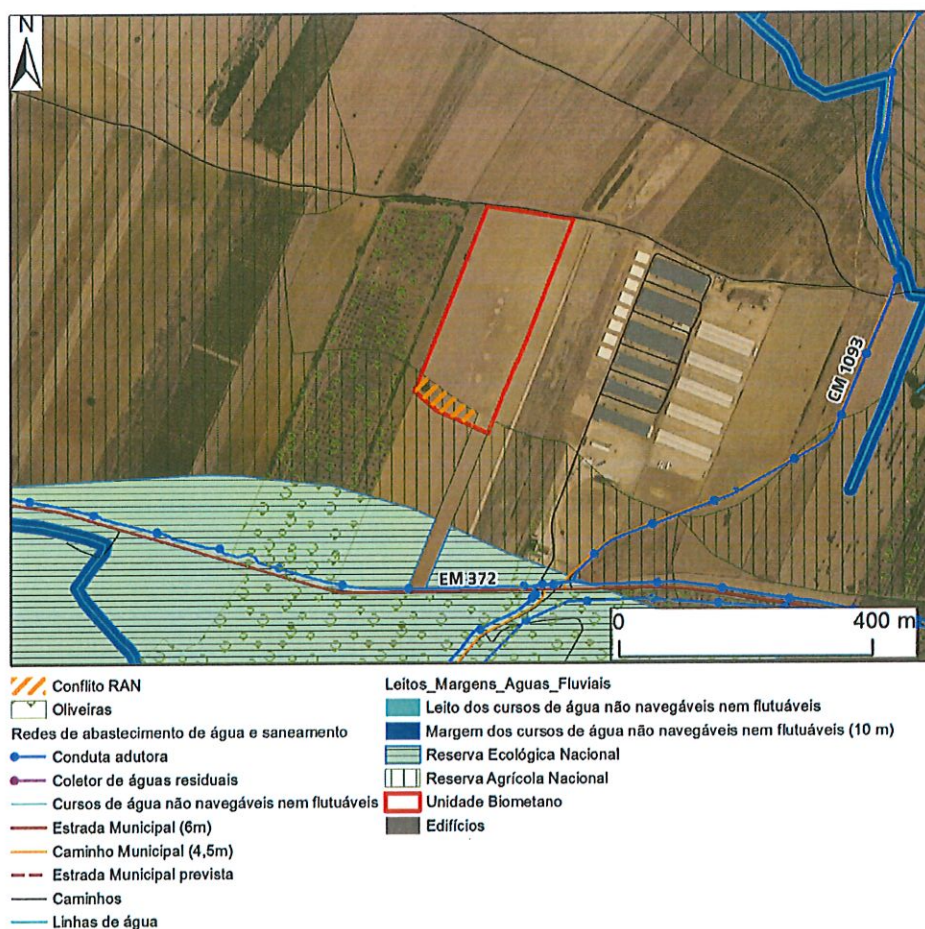


Fontes: DGT 2023, CMS, 2026 (extrato adaptado da planta de ordenamento do PDM de Sousel)

Com efeito, no que concerne à classificação do solo, a área destinada à unidade de biometano insere-se integralmente em **solo rústico** (vd. Figura 0.2), enquadrando-se maioritariamente na categoria de “Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos”. Contudo, uma **pequena parte da área destinada a esta unidade** (3 090 m²), no setor meridional do prédio, está qualificada como “Espaços agrícolas”. Embora não incompatível com este uso, não se integra globalmente na categoria de uso especificamente criada para o efeito no PDM de Sousel.

Por seu lado, relativamente às servidões administrativas e restrições de utilidade pública, a área destinada à unidade de biometano está parcialmente (3090 m²) integrada num espaço sujeito ao regime da **Reserva Agrícola Nacional (RAN)** (vd. Figura 0.3), não se verificando a presença de outras condicionantes legais diretamente incidentes sobre a área de implantação.

Figura 0.3. Planta de Condicionantes do PDM de Sousel (extrato adaptado)



Fontes: DGT 2023, CMS, 2026 (extrato adaptado da planta de ordenamento do PDM de Sousel)

3. A OPORTUNIDADE DE ELABORAR A ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL

3.1. DA OPORTUNIDADE DA ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL

Conforme decorre do n.º 3 do artigo 76.º do RJIGT, compete à câmara municipal a definição da oportunidade de elaborar⁶ os planos territoriais de âmbito municipal. Nesse âmbito, o Município de Sousel, enquanto ator local privilegiado e com competências próprias na política de ordenamento do território e desenvolvimento, sensível às dinâmicas do território e sociedade, a nível multiescalar e setorial, e dos impactes dessas à escala local, e preocupada e apostada em introduzir fatores de mudança para o desenvolvimento conducentes a valorizar e potenciar a atratividade do concelho, e apostado em captar e fixar pessoas e empresas, como aliás definido na estratégia de desenvolvimento do PDM de Sousel, intende envidar todos os esforços, no quadro da Lei e das suas atribuições e competências, com esse propósito.

É com este pano de fundo que a Câmara Municipal de Sousel, confrontada com a possibilidade da instalação de uma unidade agroindustrial no concelho, com substantivo impacte socioeconómico local, e do PDM de Sousel limitar essa possibilidade, vê de todo oportuno desencadear um procedimento de **alteração** do PDM, cf. previsto no artigo 115.º conjugado com o artigo 118.º do RJIG. O procedimento foi, inclusive, previamente articulado com a competente CCDR Alentejo.

Pode-se assim ler no n.º 2 do artigo 115.º do RJIGT que a “alteração (...) dos planos territoriais incide sobre o normativo e/ou parte da respetiva área de intervenção e decorre:

- a) Da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais subjacentes e que fundamentam as opções definidas no programa ou no plano;
- b) Da incompatibilidade ou da desconformidade com outros programas e planos territoriais aprovados ou ratificados;

⁶ Entenda-se aqui o sentido extensivo do termo, incluindo igualmente a alteração.

c) Da entrada em vigor de leis ou regulamentos que colidam com as respetivas disposições ou que estabeleçam servidões administrativas ou restrições de utilidade pública que afetem as mesmas”.

Adianta o artigo 118.⁹ que a alteração pode decorrer “em função da evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais que lhes estão subjacentes ou sempre que essa alteração seja necessária, em resultado da entrada em vigor de novas leis e regulamentos.

3.2. DOS OBJETIVOS CONCRETOS COM A ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL

A alteração do PDM de Sousel inscreve-se, antes de mais, na estratégia para o desenvolvimento do concelho cujo esforço primário é reter e captar pessoas e emprego e potenciar a dinâmica de desenvolvimento local.

Nesses termos, de acordo com o interesse manifestado pela Sociedade promotora REGA S.A., desde logo, aquando do período de participação pública da revisão do PDM de Sousel⁷ e reiterado após a sua publicação, tem como objetivo fundamental garantir a instalação de uma agroindústria (produção de Biometano) de impacte socioeconómico substantivo no concelho, no extremo nascente da vila de Sousel, junto à EN372. O local, inclusive, foi assumido no PDM de Sousel, na planta de ordenamento, com um regime de uso compatível, *i.e.*, “espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos” (vd. Figura 2.2). Contudo, por razões que se prendem com escalas cartográficas e formato da informação cedida pela Sociedade, a área definida para o efeito no PDM é insuficiente para acolher integralmente as instalações que, além do mais, também se sobrepõem pontualmente a áreas sujeitas ao regime da Reserva Agrícola Nacional (vd. Figura 2.2 e Figura 2.3).

A alteração preconizada materializar-se-á, assim, através de um reajuste da área de “espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos” às necessidades das instalações da unidade de

⁷ E acolhido neste âmbito, mas que por diferenças de escala e formato da informação fornecida pela Sociedade promotora, a área para acolher a unidade de Biometano e assim definida na planta de ordenamento como “espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos” é insuficiente.

Biometano, e numa alteração (desafetação) da RAN para a mesma área de modo a não existirem incompatibilidades ao uso do solo imposto por esta restrição de utilidade pública.

4. QUADRO JURÍDICO E ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA NA ALTERAÇÃO DO PDM DE SOUSEL

4.1. QUADRO JURÍDICO FUNDAMENTAL

O quadro legal com influência direta ou indireta sobre os instrumentos de gestão territorial e que disciplinam e orientam a elaboração dos PTAM é denso, complexo e multissetorial. Destaca-se, pela sua particular onipresença, sem prejuízo de outros, designadamente:

1. a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBGPPSOTU);
2. o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT);
3. Regime que procede à fixação dos conceitos técnicos nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo⁸;
4. o Regime Jurídico de Avaliação Ambiental de Planos e Programas (RJAAE)⁹;
5. o Regime que estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, os critérios de qualificação e as categorias de solo rústico e solo urbano¹⁰;
6. o Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional¹¹.

⁸ DR n.º 5/2019, de 27 de setembro.

⁹ DL n.º 232/2007, de 15 de junho, na redação atual de 4 de maio de 2011 pelo DL n.º 58/2011.

¹⁰ Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

¹¹ Aprovado pelo DL n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelos DL n.ºs 199/2015, de 16 de setembro, 11/2003, de 10 de fevereiro e 36/2023 de 26 de maio.

Para além destes diplomas há ainda um conjunto de normas e orientações complementares que a elaboração do PTAM, em função de matérias específicas, está obrigada a respeitar e integrar (ruído, riscos, *etc.*). Ademais, a elaboração de planos territoriais, obriga à identificação e ponderação, nos diversos âmbitos, dos planos, programas e projetos, designadamente da iniciativa da Administração Pública, com incidência na área a que respeitam, considerando os que já existem e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações, de acordo com n.º 2 do artigo 22.º do RJIGT. É precisamente sobre este tema que incide o capítulo seguinte.

4.2. QUADRO ESTRATÉGICO

Nos termos do artigo 22.º, n.º 1 do RJIGT, é necessário garantir a articulação das estratégias de ordenamento territorial, impondo-se ao “Estado (...) e às autarquias locais, o dever de coordenação das respetivas intervenções em matéria territorial”. Nesse sentido, reforça o n.º 2 que a “elaboração, a aprovação (...), a execução e a avaliação (...) dos planos territoriais obriga a identificar e a ponderar, nos diversos âmbitos, os planos, os programas e os projetos, (...) de iniciativa da administração pública, com incidência na área a que respeitam (...)”. Essa coordenação, é prosseguida ao nível **interno e externo**, *cfr.* previsto, respetivamente, nos artigos 23.º e 24.º do RJIGT.

A **coordenação interna** impõe que “as entidades responsáveis pela elaboração (...) dos planos territoriais devem assegurar, nos respetivos âmbitos de intervenção, a necessária coordenação entre as diversas políticas com incidência territorial e a política de ordenamento do território e urbanismo (n.º 1, do artigo 23.º do RJIGT); a **coordenação externa** afirma a necessidade de se garantir uma coordenação vertical entre políticas com incidência territorial, do âmbito nacional ao local (municipal), destacando também o pendor internacional, nomeadamente a Agenda 2030 e os respetivos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Nestes termos, além do quadro jurídico de referência enunciado, é fundamental garantir o alinhamento com o quadro estratégico determinado por diversos instrumentos, em relação aos quais deverá ser assegurada a devida compatibilidade e articulação, ao nível externo (instrumentos da responsabilidade da administração central) e interno (instrumentos de âmbito municipal).

4.2.1. DA COORDENAÇÃO EXTERNA. DIMENSÃO NACIONAL E REGIONAL

Face ao âmbito e alcance da alteração do PDM de Sousel, é de destacar, em termos de coordenação externa:

1. na escala **internacional**, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
2. na **escala nacional**, o **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, revisto pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro;
2. na **escala regional**, os instrumentos de âmbito regional, designadamente, o **Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)**, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, alterada pela Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro e o **Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF Alentejo)**, aprovado pela Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro e

AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procura mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns. Define 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que representam um apelo urgente à ação de todos os países – desenvolvidos e em desenvolvimento – para uma parceria global, e são os seguintes:

1. Erradicar a pobreza;
2. Erradicar a fome;
3. Saúde de qualidade;
4. Educação de qualidade;

5. Igualdade de género;
6. Água potável e saneamento;
7. Energias renováveis e acessíveis;
8. Trabalho digno e crescimento económico;
9. Indústria, inovação e infraestruturas;
10. Reduzir as desigualdades;
11. Cidades e comunidades sustentáveis;
12. Produção e consumo sustentáveis;
13. Ação climática;
14. Proteger a vida marinha;
15. Proteger a vida terrestre;
16. Paz, justiça e instituições eficazes;
17. Parcerias para a implementação dos objetivos.

A alteração ao PDM de Sousel alinha-se com os referidos ODS, em particular com os ODS 7, 8, 9, 10, 12 e 13.

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNOPT)

O **Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT)**, cfr. se pode ler no preâmbulo do seu Relatório, “é o instrumento de topo do sistema de gestão territorial, define objetivos e opções estratégicas de desenvolvimento territorial e estabelece o modelo de organização do território nacional”. Nessa, medida, *cfr.* ainda aí se adianta, o “PNPOT constitui-se como o quadro de referência para os demais programas e planos territoriais e como um instrumento orientador das estratégias com incidência territorial”. Do seu conteúdo faz parte, o Diagnóstico, a Estratégia e O modelo Territorial e a Agenda para o Território, *i.e.*, um **Programa de Ação para o horizonte 2020-2030 (Programa de Ação 2030)**, e com o qual o PNPOT pretende responder às opções estratégicas inerentes aos desafios territoriais e visa concretizar o modelo territorial assumido.

Nesse sentido, o PNPOT através do **Programa de Ação 2030** estrutura-se em 5 grandes temas, nomeadamente:

1. **Compromissos para o território:**
2. Medidas de política;
3. Operacionalização do modelo territorial;
4. Diretrizes para os instrumentos de gestão territorial;
5. Modelo de governança.

Pela sua relevância no contexto da alteração do PDM, destacam-se os “**compromissos para o território**” que o PNPOT assume através do seu **Programa de Ação 2023**, designadamente:

1. robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades;
2. **atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica;**
3. **adaptar os territórios e gerar resiliência;**
4. **descarbonizar acelerando a transição energética e material;**
5. remunerar os serviços prestados pelo capital natural;
6. **alargar a base económica territorial com mais capacitação, conhecimento e inovação;**
7. incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território;
8. **integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade;**
9. **garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos;**
10. reforçar nos IGT a eficiência territorial pela concentração da habitação e das atividades, pela reabilitação e regeneração urbanas, pela mobilidade sustentável, economia circular e de partilha e consumos de proximidade.

Destes destacam-se, no âmbito da alteração simplificada do PDM de Sousel, os compromissos 2 ao 4, o 6 e o 8 e 9, com os quais a alteração do PDM garante uma absoluta convergência.

PLANO REGIONAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO ALENTEJO (PROT ALENTEJO)

A alteração do PDM em está incontornavelmente balizada pelo PROT Alentejo (PROTA), que define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local. Constitui, assim, o quadro de referência, nomeadamente, para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.

Neste âmbito, segundo o PROTA, a “região” do Alentejo “afirma-se como **território sustentável** e de forte **identidade regional**, sustentada por um **sistema urbano policêntrico**, garantindo adequados níveis de **coesão territorial** e afirmando uma reforçada integração com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu **posicionamento geoestratégico**. Enquanto espaço de baixa densidade aposta em nichos de oportunidade ligados a atividades emergentes potenciadores dos seus ativos naturais e patrimoniais. A sustentabilidade territorial assenta na **valorização dos recursos endógenos**, designadamente, dos valores naturais e paisagísticos e no desenvolvimento de níveis acrescidos de concertação estratégica e cooperação funcional, capazes de gerar novas oportunidades e responder eficazmente aos potenciais riscos ambientais e sociais”.

A par da visão, o PROTA estabelece **cinco desígnios**, designadamente:

1. uma região com um posicionamento reforçado no contexto da economia nacional;
2. uma região funcionalmente mais aberta e articulada com os territórios envolventes;
3. uma região com adequados níveis de coesão territorial;
4. uma região com marcada identidade dos espaços rurais sustentada pela valorização de sistemas multifuncionais mediterrâneos e, simultaneamente, pela capacidade de adaptação do sistema produtivo face às oportunidades de mercado;
5. Uma região com um relevante património natural, paisagístico e cultural, assente na proteção e valorização ambiental.

Neste sentido, o PROTA define **quatro eixos estratégicos** com os quais a alteração simplificada do PDMM se articula e responde:

1. a integração territorial e abertura ao exterior, potenciando o seu posicionamento geográfico no contexto nacional e ibérico através do reforço da competitividade que promova a internacionalização da região, nomeadamente em articulação com o sistema regional de logística empresarial;
2. Conservação e Valorização do Ambiente e do Património Natural
3. a diversificação e a qualificação da base económica regional, reforçando e desenvolvendo setores tradicionais e emergentes estratégicos;
4. a afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.

Como força impulsionadora das opções estratégicas, o PROTA identificou nove (9) **grandes desafios** para o ordenamento do território e desenvolvimento, sendo de destacar particularmente, sem prejuízo de outros de menor relevo, no quadro do da alteração simplificada, nomeadamente:

1. promover o crescimento económico e o emprego;
2. sustentar a perda demográfica e qualificar e atrair recursos humanos;
3. garantir níveis adequados de coesão territorial;
4. valorizar e preservar o património natural, paisagístico e cultural;
5. combater os processos de desertificação.

A alteração do PDM de Sousel está, assim, absolutamente alinhada com os **grandes desafios** para a região.

PROGRAMA REGIONAL DE ORDENAMENTO FLORESTAL DO ALENTEJO (PROF ALENTEJO)

O **Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF Alentejo)**, é um instrumento de política setorial de âmbito nacional que define para os espaços florestais o **quadro estratégico, as diretrizes de enquadramento e as normas específicas quanto ao uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal**, à escala regional, por forma a (...) garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento destes espaços, segundo o n.º 1 do artigo 1.º do Anexo A.

O PROF, alinhado com a visão definida pela **Estratégia Nacional para as Florestas**¹² (n.º 1 do artigo 4.º do Anexo A), assume os princípios da Lei de Bases da Política Florestal¹³, bem como os **princípios** orientadores de um bom desempenho¹⁴. Para o efeito, o PROF prossegue com **6 objetivos estratégicos**, enunciados no n.º 3 do artigo 4.º do Anexo A, nomeadamente:

1. minimização dos riscos de incêndios e agentes bióticos;
2. **especialização** do território;
3. melhoria da gestão florestal e da produtividade dos povoamentos;
4. internacionalização e aumento do valor dos produtos;
5. melhoria geral da **eficiência e competitividade** do setor;
6. **racionalização e simplificação** dos instrumentos de política.

A alteração do PDM de Sousel, que incide numa pequena área do território, em nada belisca o previsto no PROF Alentejo.

4.2.2. DA COORDENAÇÃO INTERNA. DIMENSÃO LOCAL

Estando a dimensão interna relacionada com os instrumentos de âmbito local, merece destaque, face à sua dimensão estruturante e ainda por constituir este o objeto da alteração, o Plano Diretor Municipal de Sousel.

De acordo com a Figura 0., e no que se refere à classificação e qualificação do solo, a área destinada à unidade de biometano insere-se integralmente em solo rústico, enquadrando-se maioritariamente na categoria de “Espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos”. No limite sul, uma pequena parte da unidade de biometano, cerca de 3090 m², é abrangida pela categoria dos “Espaços agrícolas”.

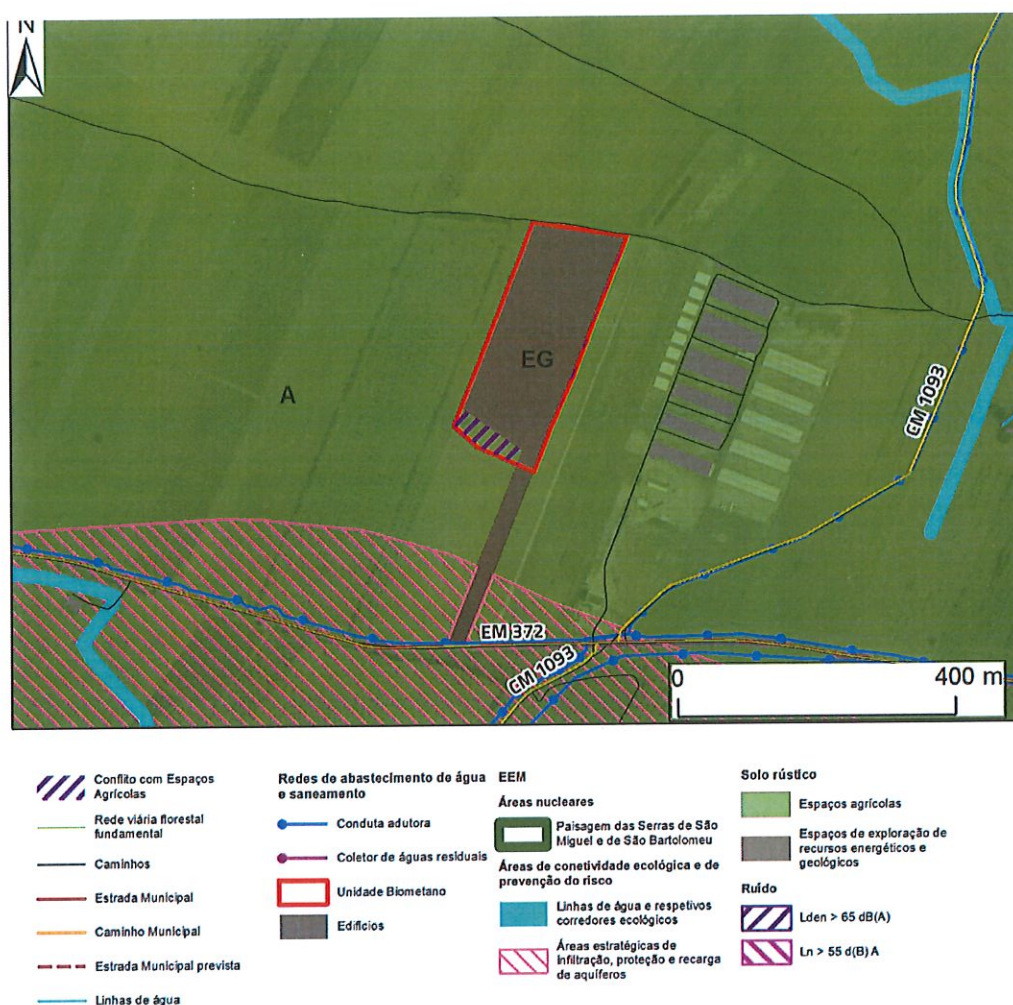
¹² Resolução de Conselho de Ministros n.º 114/2006, de 15 de setembro, atualizada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 04 de fevereiro

¹³ Lei n.º 33/96, de 17 de agosto, alterada pelo Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de setembro.

¹⁴ Boa governança, exigência de qualidade, gestão sustentável, máxima eficiência, multifuncionalidade dos espaços florestais, responsabilização, transparência e uso racional, nos termos do n.º 2 do artigo 4.º.

Adicionalmente, na envolvente da unidade identificam-se “Áreas estratégicas de infiltração, proteção e recarga de aquíferos”, integradas na Estrutura Ecológica Municipal, mas que não abrangem a área do projeto de biometano (vd. Figura 0.).

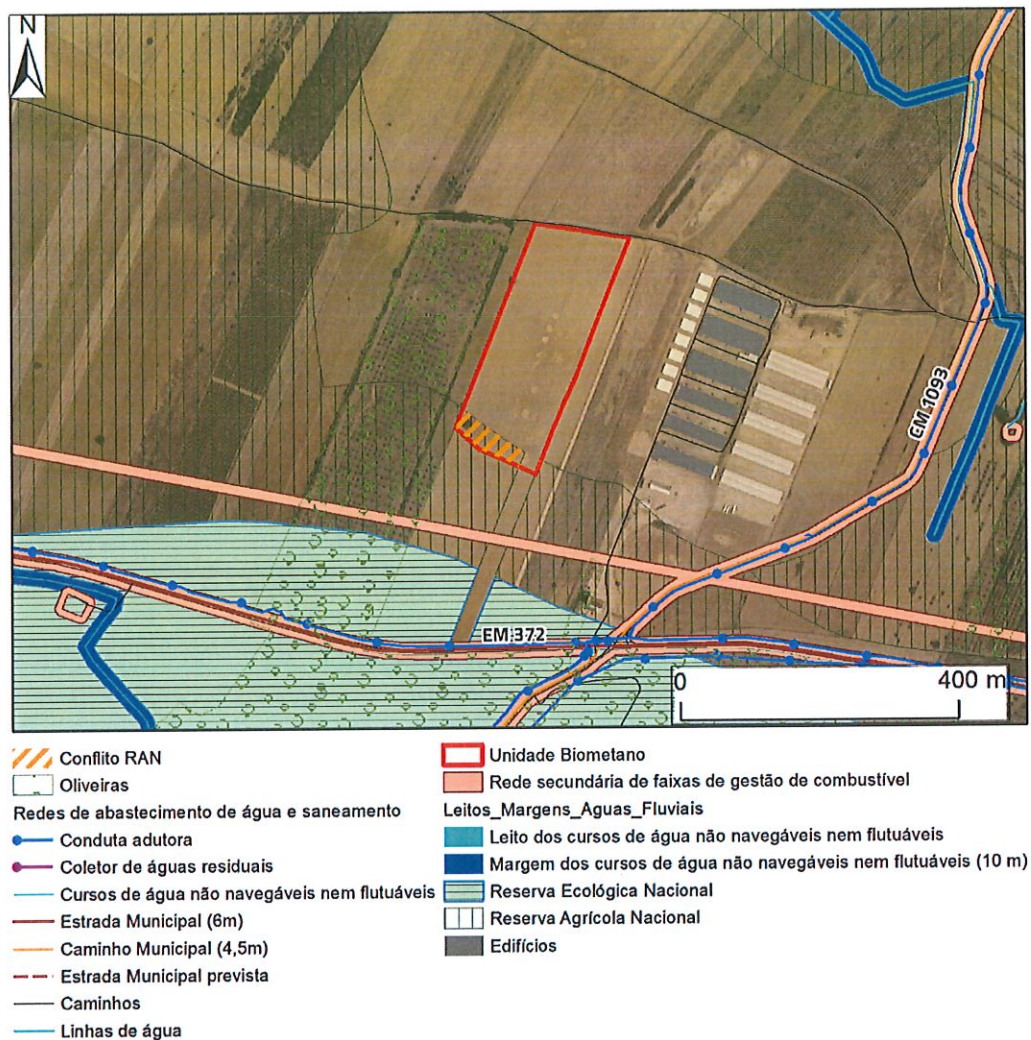
Figura 0.4. Planta de Ordenamento (extrato integral)



Fontes: DGT 2023, CMS, 2026 2026 (extrato da planta de ordenamento do PDM de Sousel apresentado tal como publicado)

De acordo com a Figura 0., que apresenta as condicionantes, a área destinada à unidade de biometano insere-se parcialmente em Reserva Agrícola Nacional (RAN), numa área correspondente a 3 090 m², não se verificando a presença de outras condicionantes legais diretamente incidentes sobre a área de implantação.

Figura 0.5. Planta de Condicionantes (extrato integral)



Fontes: DGT 2023, CMS, 2026 (extrato da planta de condicionante do PDM de Sousel apresentado tal como publicado)

Na envolvente, identifica-se a presença de um olival e de áreas integradas em Reserva Ecológica Nacional (REN), designadamente da tipologia AEIPRA. Verifica-se ainda a existência de rede secundária de faixas de gestão de combustível associada à presença de infraestruturas da rede elétrica na área envolvente.

5. SUJEIÇÃO AO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

Nos termos do n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT, “as pequenas alterações aos programas e aos planos territoriais só são objeto de avaliação ambiental¹⁵, no caso de se determinar que são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente. Acrescenta o n.º 2 do mesmo artigo que “a qualificação das alterações para efeitos do número anterior compete à entidade responsável pela elaboração do plano”.

Assim, tratando-se de uma alteração restringida a uma pequena área do PDM de Sousel, que em rigor se traduz apenas em reforçar o “espaço de exploração de recursos energéticos e geológicos” delimitados para acolher a atividade ora pretendida, não se vê de fundamento, nem há objeto, para a alteração do PDM de Sousel ser sujeita a avaliação ambiental.

6. CARTOGRAFIA DE BASE TOPOGRÁFICA

A elaboração da alteração do PDM de Sousel contará com a cartografia de base utilizada na revisão do PDM de Sousel, e dos ortofotomapas oficiais da DGT relativos ao ano de 2023.

7. FASEAMENTO E CALENDARIZAÇÃO DA ELABORAÇÃO

O procedimento de alteração decorrerá por um prazo de 8 meses, prorrogável por um período máximo igual, nos termos do n.º 6 do artigo 76.º do RJIGT, distribuídos por quatro fases essenciais, nomeadamente:

1. período de inquérito público;

¹⁵ Nos termos do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio.

2. alteração do plano (fase técnica);
3. aprovação pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal;
4. publicação no Diário da República e SSAIGT.

8. EQUIPA TÉCNICA

A equipa técnica responsável pela elaboração da alteração é interna do Município com apoio técnico da equipa da RT Geo que elaborou a revisão do PDM de Sousel.